

É interessante recordar o processo de dependência de estruturas atrasadas a estruturas avançadas de produção, na heterocronia prolongada que as separava. Na fase pré-imperialista, a dependência pela desigualdade na troca comercial externa e, logo adiante, por esta mais os empréstimos compensatórios; na fase imperialista, pela troca comercial externa desigual, pelos empréstimos compensatórios e pelos investimentos e empréstimos de variada natureza (particularmente os de financiamento à exportação dos países emprestadores); tais fases pertencem, no conjunto mundial, ao capitalismo em avanço, atingindo sua caracterizada etapa derradeira. Para países do tipo do Brasil, aquelas fases correspondem à da economia colonial e à da economia dependente. Para o pré-imperialismo, o problema está na penetração no mercado dependente; para o imperialismo, na permanência do domínio do mercado dependente e no controle da economia e da finança dependentes, com os empréstimos e com os investimentos. Na primeira das referidas fases, surge a controvérsia relativa às tarifas de alfândega, mas os países de economia dependente — que tributam as importações — não alcançam a liberdade de estabelecer barreiras protecionistas altas e duráveis, mesmo porque não há o que proteger. É a fase que se define por uma economia de exportação de alimentícios e de matérias-primas de origem agrícola, que gera o lema do “país essencialmente agrícola”. Conservar o país nessa situação é, naturalmente, obrigá-lo a consumir produtos acabados provenientes do exterior, obtidos por importação. Com a Primeira Guerra Mundial e, particularmente, com a crise de 1929, o mercado interno começa a ser atendido pela produção interna de bens de consumo; a barreira alfandegária sofre altos e baixos, pois já interesses poderosos defendem o protecionismo e a economia de mercado interno conquistou posição irreversível. É o processo de industrialização dito de substituição de importações, gerado de circunstâncias e, depois, adotado como política, embora jamais levado às últimas consequências. A partir do fim da Segunda Guerra Mundial, por volta de 1945, desaparece a sentença, absolutamente condenatória, do “essencialmente agrícola”; o imperialismo aceita a industrialização nos países dependentes. Passa a nova etapa. Nessa nova etapa, não mais podendo impedir a industrialização neles, associa-se a essa industrialização e controla o seu desenvolvimento. Instala-se, conseqüentemente, no interior do país de economia dependente e aí produz o que